AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

UMA INTERPRETAÇÃO POLÍTICA DA INTRODUÇÃO DA SOJA NO CERRADO DE MATO GROSSO

JOSE MANUEL CARVALHO MARTA; ADRIANO MARCOS RODRIGUES FIGUEIREDO;

UFMT

CUIABA - MT - BRASIL

jmarta@ufmt.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE

UMA INTERPRETAÇÃO POLÍTICA DA INTRODUÇÃO DA SOJA NO CERRADO DE MATO GROSSO

Grupo de Pesquisa: 11 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE

RESUMO. O artigo questiona alguns elementos convencionais de análise na literatura econômica rural e no senso comum dos técnicos e procura explicar a entrada e expansão da soja em mato grosso à parte da questão preços x quantidades de insumos e produtos. Fundamentalmente propõe na discussão, a identificação de alguns elementos da modernização do campo, como pré-condição do processo de migração dos agricultores do sul do país para mato grosso. Também procura mostrar como os agricultores produtores da soja se tornaram reféns do sistema internacional de preços e insumos modernos, além, naturalmente do sistema financeiro. Indica que o sojicultor se tornou refém do capital agroindustrial, do mercado e de suas instituições. Indica-se inicialmente que a introdução da soja foi provocada por políticas governamentais em conjunto com ações de empresas comerciais que se beneficiam do processo.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo procura fazer uma análise histórico-metodológica, de alguns elementos convencionais utilizados na literatura econômica rural e no senso comum dos técnicos, procurando explicar a entrada e expansão da soja em Mato Grosso e interpretar algumas razões da sua manutenção como cultura principal do agronegócio em Mato Grosso. Fundamentalmente propõe a discussão dos elementos da modernização do campo, como

pré-condição do processo de migração dos agricultores do sul do país para o estado e seus projetos conseqüentes.

Qual a razão do ingresso da soja no território mato-grossense na década de setenta, quando, até então, o estado não tinha tradição nesse tipo de cultura? Essa é a questão básica que se pretende discutir ao longo do artigo. Para tanto se propõe algumas razões, como base da discussão e da polêmica vigente, em momentos de crise e suas possíveis saídas.

Certamente a expansão territorial, e, portanto, geográfica, parece uma razão mais imediata e "natural", em função de uma possível aptidão de Mato Grosso para o plantio, em função das extensões territoriais e de custos baixos de implantação no cerrado. Outra razão parece ser um contínuo crescimento em áreas, desde o Sul, por onde entrou no país, aliada, às condições econômicas disponibilizadas na região meridional do estado de Mato Grosso[1], onde se estabeleceu inicialmente apoiada por forte aparato estatal. Resta, entretanto, discutir as condições edafo-climáticas adequadas ao plantio da leguminosa.

Assim, todas apresentam uma natureza expansionista, desprezando análise dos custos de um processo de inovação tecnológico, devido ao Estado brasileiro. Assim, no conjunto de atividades convencionadas como inovação tecnológica deve-se considerar em primeiro lugar, o desenvolvimento de sementes, cujo investimento teve importante participação de organismos de governo como no Centro de Soja da Embrapa[2], onde se promoveu a pesquisa básica e de extensão rural, implementado pela Empaer[3] - Mato Grosso.

Depois, nesses fatos, há uma participação humana, que altera a naturalidade do processo. Assim, a semente teve alterações para que sua adaptação se fizesse no Cerrado. Para que a semente produza, deve haver condições ambientais adequadas a esse mister. Insistindo na hipótese básica do argumento convencional, deve–se levar em consideração que também a disponibilidade de terra não é elemento suficiente para sua ocupação. O solo ácido teve que ser neutralizado; a fertilidade insuficiente, para realizar a produção, exige adubação e fertilizantes, sendo alterada; as regiões abaixo de 200 metros são desqualificadas, buscando-se identificar as altitudes adequadas à sua produção – acima de 300 metros. Necessita-se também de terrenos planos e drenados abertos, para se instalar a mecanização.

Esse conjunto de elementos, aos quais nos referimos, altera significativamente os custos de produção, frente a um processo tradicional de desenvolvimento na agricultura ou mesmo da natureza que o processo em marcha, exigia. Portanto, sua viabilidade, para que ocorra, necessita de outros elementos explicativos, em geral, desprezados em face da exuberância e da sedução contagiante que se impõe no sistema vigente.

Há, porém, um outro paradoxo, como conseqüência, no qual o complexo soja tem sido responsável, a criação de uma nova dualidade. Assim, de um lado, uma aparente[4] riqueza proporcionada, por cumes eventuais de acumulação, e por outro, a grande massa de excluídos que se localizam em algumas cidades do interior, onde o processo de

---

[1] Mesmo antes da implantação de um programa de apoio a soja, desenvolveu-se na região de Rondonópolis e Diamantino o Polocentro, criado em 1974, cujo objetivo era implementar ações de modernização do campo.
[2] A Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em Londrina-PR.
[3] A Empaer – Empresa Mato-grossense de Extensão Rural passou pode diversas fusões e incorporações com outras empresas do Estado de Mato Grosso. Atualmente denomina-se Empaer - Empresas de Pesquisas e Extensão Rural de Mato Grosso, exercendo as funções de órgão de assistência técnica e pesquisa agropecuária.
[4] A aparência, referida, decorre de um processo de aprisionamento no qual o empresário rural se torna refém, até involuntariamente, para fazer frente ao crescimento constante da produção.

industrialização deveria estar ocorrendo, e gerando empregos e renda, mas não ocorre, mesmo com incentivos fiscais e financeiros oferecidos aos empreendedores pelo governo.

A referência a essa dualidade procura evidenciar uma outra, mais antiga. Aquela tratada no complexo cafeeiro paulista, no qual o algodão e o amendoim eram produzidos por famílias de pequenos agricultores, da qual derivavam as matérias primas responsáveis pela produção de oleaginosas[5]. A industrialização, que derivou desse sistema produtivo, permitia o suprimento de óleo para o abastecimento humano e de tortas para a nutrição animal. Assim, por um lado a grande lavoura do café – exuberante e afortunada - e de outra parte, em uma livre interpretação dual, um contingente de pequenos e pobres agricultores, migrando à margem e objeto de justificativas de "transformações estruturais" nunca realizadas.

Curiosamente aquela dualidade foi suplantada por outra, a da soja. A lógica desta parece atender aos elementos de internacionalização do capital, como pode se interpretar a evolução de seu plantio considerando os aspectos da "marcha da industrialização no agronegócio", como foi tratada por Alberto Passos Guimarães, analisando a evolução americana.

Nesse sentido, a primeira etapa desse processo podia ser identificada na dualidade anterior, cujas características eram: o predominante trabalho manual; a simples cooperação; o emprego esporádico de máquinas, as restritas melhorias na preparação do solo, na semeadura, na colheita e no beneficiamento; o emprego da tração animal na lavoura e a produção em escala comercial. Na dualidade imposta pela soja, uma característica importante é a chamada agroindustrialização, com a qual vão sendo internalizadas outras, mais objetivas, considerando o escopo da atividade. Dessa maneira, enumeram-se como elementos desse processo a maior cooperação entre produtores, o uso de técnicas de alto nível, a disseminação da tração motorizada, o emprego da eletricidade, da cibernética, das sementes selecionadas e do alto rendimento, pelo aperfeiçoamento genético das linhagens vegetais e animais e, sobretudo pela adoção de formas superiores de organização sócio-econômica, ou seja, das variadas formas de integração agroindustrial[6].

2. QUESTÕES PRELIMINARES E SEMINAIS

A soja ganhou "status" comercial, com o deslocamento de duas outras oleaginosas, nos anos setenta, quando se implantou no Brasil a chamada modernização da agricultura brasileira. Nesse sentido, deslocou as culturas do algodão e do amendoim - tradicionais produtos do abastecimento nacional, destinados a produção de óleo -, em função da sua eficiência produtiva, dada pela intensificação do uso do capital, em primeiro lugar a máquina, como parte do processo produtivo do campo.

Aquelas culturas, em geral, tinham por base o trabalho humano, praticado em pequenas unidades familiares, sendo o plantio e a colheita feitos penosamente à mão·. Dessa maneira, o ingresso da soja na economia nacional, alterou substancialmente a estrutura, na qual estava baseada a produção de óleo no Brasil. Com o deslocamento das empresas oligopolistas – oligopsonistas[7] que compunham o mercado permitia-se o ingresso de novo padrão de produção, dentro de uma lógica intercapitalista.

---

[5] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São* Paulo. 4ª edição. Campinas-SP: Unicamp, 2002.
[6] GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
[7] As principais empresas atuantes nesse mercado eram a Anderson Clayton, a Sanbra e a Unilever. A primeira e a segunda, constituíam-se como lideres do mercado, sendo seguidas pela Unilever, que entra mais tarde no Brasil, principalmente produzindo subprodutos glicerinados, como sabão e sabonete. A Anderson Cleyton, detentora de marcas tradicionais, como Saúde e Claybon, assim como pasta de amendoim Amendocrem, transferiu seu patrimônio em grande parte para a Unilever, nos anos oitenta e noventa. A Sanbra, controlada pelo grupo Bunge-Born, depois da expansão do setor e o surgimento de empresas como a

Nesse sentido, vale considerar um clássico estudo de Alberto Passos Guimarães[8], referido anteriormente, cujo ponto de vista em 1978 só lhe permitia comparar as ações dos oligopolistas nacionais, com os do século anterior, cujo papel representado pela Nestlé, em relação aos agricultores suíços, mostrava a expropriação àqueles camponeses. Naquele trabalho, o autor, constrói algumas etapas das empresas oligopolistas no Brasil e o desenvolvimento de suas atividades. Assim, diz ele, tratando-se da Anderson Clayton e da Sanbra[9], havia grande semelhança com a Nestlé, cujo caráter oligopolista dominava o cenário do abastecimento desde os anos trinta:

> *"(...) tiveram uma fase tipicamente 'compradora', repetindo aqui métodos de acumulação primitiva peculiares aos tempos coloniais. Atuavam, ambas, como maquinistas de algodão, [cujo objetivo era a exportação] vindo depois a transformar o caroço [semente] em óleo comestível e a exportar pluma. Notabilizaram-se, em tal fase, pelo muito que se atritavam com os plantadores por causa da discordância de classificação, de peso e de preço. Referências a essas questões apareciam freqüentemente na imprensa da época e uma publicação oficial, editada pelo governo do Estado de São Paulo (...) fazia as seguintes considerações: (...) 'importaram maquinas com isenções de direitos alfandegários, constituiram-se num 'trust' ou numa 'entente' comercial. (...) noventa por cento das máquinas de beneficiar algodão já passaram para a mão do 'trust', ainda que figurem sob o nome de firmas aparentemente autônomas. Dominados, dessa forma, os intermediários, o trust submete por fim o próprio agricultor, que fica na dependência dos preços vigentes, determinados pelas firmas internacionais"* (Guimarães, 1978: 139-140).

Esse oligopólio também teve importante atuação nos negócio do amendoim, no qual atuava de maneira exemplar, criando diversas situações semelhantes àquelas relatadas no algodão.

O que parece paradoxal é a Sanbra, apesar de ser uma das controladoras desse mercado, buscar, através da inovação e a maior lucratividade, alternativas aos plantios tradicionais de algodão e amendoim. Curiosamente, reconhece-se como pioneira no desenvolvimento da comercialização da cultura da soja, ainda na década de sessenta, apresentando tal iniciativa no seu relatório de 1975, especialmente no Estado do Paraná. Infere-se, portanto, que junto com a Anderson Clayton, essas empresas constituíram um importante elemento para a substituição daqueles óleos e gorduras vegetais e mesmo animal, especialmente considerando o processo de comercialização, portanto, o mercado de óleos e margarinas, definindo políticas de desestimulo junto aos agricultores, sem atuação do governo, preocupado com a introdução de novos métodos. Nessa etapa, observa-se a inclusão da Unilever[10] e suas marcas, compondo especialmente o cartel da margarina.

Se a comercialização e o mercado estavam constituídos para promover a substituição, como se pode verificar, pela ação das multinacionais a "necessidade governamental da modernização necessita ser referenciada. Nesse sentido, a política agrícola vigente e implementada, nos anos setenta, induzia agricultores mato-grossenses à

Olvebra e Ceval, esta ultima controlada pelo grupo catarinense Hering, assimilou algumas dessas empresas e passou por forte reestruração, criando o Grupo Bunge.

[8] GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. São Paulo, Paz e Terra: 1978.

[9] SANBRA – Sociedade Brasileira do Nordeste Brasileiro

[10] A Unilever era bastante conhecida até então pelo seu controle no mercado de sabão e sabonete, com as marcas Lever, Gessy – oriunda da aquisição dessa marca quando da compra de um grupo nacional -, Lux, Omo.

cultura da soja", como se pode entender da leitura de Guilherme Delgado[11], um dos inúmeros comentadores daquela legislação e da modernização conservadora, implementadas de maneira dolorosa (Silva, 1980).

Dessa forma, Delgado indicava para um relativo estancamento na função brasileira de suprimento do mercado mundial de alimentos, desde a década de cinqüenta. A politica econômica implantada após 1964, apontava para transformações estruturais, principalmente visando o mercado externo. Nos anos sessenta e setenta, a exemplo da Europa e dos Estados Unidos, buscou-se no Brasil, um processo de "integração técnica" da indústria com a agricultura, certamente passando pela modernização das operações, na qual se integrava à máquina e implementos de forma mais intensa.

Esse aspecto foi induzido pelo estado, quando se considera o papel desenvolvido pelo IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool, IBC – Instituto Brasileiro do Café, CEPLAC – Comissão Especial do Planejamento do Cacau, e o "fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor". Assim procurava-se uma concepção de "planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado" caracterizado nas oscilações de preços e volume de produção. Isso estimulou aspectos caracterizados como "Revolução Verde", que incorporava as relações de crédito na agricultura, "mediante pacotes com mecanismo de seguro de preço e seguro de crédito à produção". (Delgado, 1996: 218-219).

Em Mato Grosso, esse conjunto de medidas pode ser atribuída, no caso da soja, ao desenvolvimento de espécies adequadas ao Cerrado e a formação de um mercado para os produtos dele derivado. A primeira dessas iniciativas governamentais foi desenvolvida pelo Centro de Soja da Embrapa. Naquela instituição desenvolveu-se a semente de soja da espécie chamada Cristalina[12], cuja destinação estava amparada pelos objetivos governamentais de ocupação de extensas áreas vazias do Brasil Central.

Associada a essa ação tecnológica, a implementação de uma política de preços mínimos, reconhecida nas constantes operações realizadas pelo governo federal, através da CFP – Comissão de Financiamento da Produção[13], cuja forte implementação do PGPM – Política Governamental de Preços Mínimos, com seus instrumentos mais conhecidos a AGF – Aquisição pelo Governo Federal e EGF – Empréstimo pelo Governo Federal.

Esses instrumentos tinham por objetivo atender os diversos produtos agrícolas, tanto na fase do amansamento da terra, como de sua consolidação. Na verdade, estimulavam aos agricultores a ingressar na adequação ao novo modelo, cuja demanda por terras definia-se pelo equipamento a ser utilizado. Como era comum comentar-se entre técnicos e agricultores, o uso da máquina só era viável para unidades produtivas acima de 200 ha., o que implicava em extensões de terras muito maiores que aquelas do sul.

3. O USO DA MÁQUINA NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A base teórica do uso de equipamento na modernização do campo parece estar nos ensinamentos de Chayanov, no inicio do século XX, quando analisava a agricultura camponesa. Essa agricultura deriva de certo padrão de relação de produção, cujo componente familiar no trabalho do campo é um fator fundamental. De alguma maneira, reconhece-se na migração para Mato Grosso esse pressuposto.

[11] DELGADO, Guilherme. *Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980*. São Paulo: Edusp/Hucitec.
[12] Nos anos oitenta entraria a espécie Doco e mais tarde a Cariru.
[13] Talvez como símbolo mais importante desse processo, seja a instalação dos escritórios da CFP – Comissão de Financiamento da Produção, em Cuiabá, em 1978.

Algumas famílias e clãs inteiros, saídos da sua região nativa, no sul do país, iniciaram um novo processo produtivo, até então desconhecido pelos habitantes regionais. Como conseqüência dessa transposição, onde era possível adquirir mais terra e máquinas "para trabalhar a lavoura", assim era feito. Os migrantes adquiriam, às vezes, dez e mais vezes terra que aquelas que possuíam no sul.

Observando tal realidade, a leitura do agrônomo russo, cujo texto nos serve de base parece bastante adequada, quando diz da necessidade "lógica da absorção de capital (...) [por aquelas famílias] submetidas às restrições especificas (...) pelo período de seu gasto máximo durante o ciclo agrícola". Ou seja, como explicava Marx, observando o trabalho no campo: "sempre há trabalhadores agrícolas demais para tarefas comuns e sempre muito poucos para as necessidades excepcionais ou temporais do cultivo do solo" (Chayanov, apud Wilkinson, 1986: 60); (Marx, *O Capital*, v. III, 1983: 693).

Dessa maneira exposto, acreditava Chayanov, que "os camponeses para fazerem frente aos períodos de determinação da colheita e dos plantios, entregava-se a compra de bens de capital". Para a família camponesa, diz ele, "o equipamento não é um meio de poupar trabalho, mas permite seu uso mais expansivo ao longo do restante do ciclo agrícola". Isso possibilita "um cultivo de uma área muito maior e, desta maneira, leva a um significativo incremento absoluto da renda bruta, que não poderia ser obtida de outro modo".

O equipamento, ao ser incorporado, cria as condições de auto-exploração da família de agricultores de três maneiras: 1) aumento do esforço laboral, em função da maior extensão de terras apropriadas pelo uso da máquina; 2) cria-se uma dependência financeira, buscando-se formas de pagar o bem adquirido e seus efeitos financeiros; 3) cria-se uma dependência tecnológica, condicionando-se a produção ao conjunto de equipamentos.

Considerando o caso de Mato Grosso, os componentes do processo produtivo da soja, nas condições naturais da terra, representaram custos de mais de 70% na produção. A modernização e a adequação às condições de produção construíram assim um ciclo vicioso, no qual muitos agricultores não têm saída e um endividamento crescente. Esse endividamento junto ao sistema bancário apresenta aspectos de importância que foge ao escopo deste artigo. Esse ciclo inicia-se na introdução da agricultura no processo de modernização[14]

Dessa maneira, a introdução da soja atendeu aspectos do mercado oligopolístico considerados a jusante, no qual a aquisição era feita de maneira concentrada, por empresas como a Bungue Alimentos, a Cargill, a ADM, a Sadia, a Perdigão e a Unilever . O controle oligopsônico, portanto, com preços definidos pelo comprador, deve ser observados nas máquinas e outros insumos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, cujas empresas são de natureza multinacionais. Curiosamente, esses elementos são liberados e sem nenhuma regulação, ainda que com fortes características de monopólio.

4. ASPECTOS RECENTES DA MECANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CAMPO

[14] A Revolução Verde, como se convencionou chamar a transformação radical na qual um no padrão tecnológico foi introduzido na agricultura tradicional, no qual se reduziu ou abandonou a rotação de culturas, de integração de lavouras com pecuária e adubação com esterco animal, colocando fertilizantes químicos e a mecanização agrícola, a divisão do trabalho e a especialização, como a produção de sementes. A partir da década de oitenta, inclui-se nesse processo a pressão ambientalista, que motivou mudanças como a dos denominados, até então, agrotóxicos, de base de cloro e fósforo, sendo substituídas por moléculas biodegradável, com maiores custos.

Ao se analisar os aspectos do uso de insumos modernos e mecanização do campo, como se verifica no caso da soja, pode-se observar os aspectos de custos, refletindo os aspectos históricos, agora consolidados. Assim, a estrutura de custos, em geral não aferida pela maioria dos produtores, mas elaborada pelo órgão governamental de política agrícola CONAB-DIGEM-SUIF-GECUP para 2005 mostra importantes elementos que ratificam nosso ponto de vista.

O Quadro 1, abaixo, mostra em dois municípios de Mato Grosso, a composição do custeio da soja para o ano 2005. A partir dos valores considerados pela CONAB o autor verificou a participação de cada item de custo em relação ao custo final e ao custo parcial. Assim foram considerados: o uso da aviação na aplicação de defensivos agrícolas, a mecanização de plantio e colheita, a mão de obra utilizada – fixa e temporária –, sementes, fertilizantes e os defensivos. Note-se que há algumas diferenças importantes definidas pelo processo utilizado no plantio e colheita, com o uso de maquinas próprias ou de terceiros.

Como pode se observar no Quadro 1, relativa ao custeio agrícola, ou seja, aviação, máquinas, parte das sementes, fertilizantes e defensivos os itens incluídos e desenvolvidos como modernização agrícola representa mais de 85% do custeio, no município de Sapezal. No conjunto dos custos esses itens respondem, naquela localidade, por aproximadamente 48% do custo total. Em Primavera do Leste, os mesmos itens de modernização, respondem à aproximadamente 90% do custeio e no total dos custos, de aproximadamente 53%.

QUADRO 1. CUSTO DA SOJA EM SAPEZAL E PRIMAVERA DO LESTE EM MATO GROSSO – 2005

EM %

ITEM DE CUSTO	SAPEZAL		PRIMAVERA	
CUSTEIO AGRÍCOLA				
Aviação	1,65	3,12	2,85	4,72
Máquina	10,36	19,61	5,64	9,34
M.O. Temporária	0,47	0,88	0,70	1,15
M.O. Fixa	1,12	2,15	1,37	2,27
Sementes	5,41	10,38	8,47	13,93
Fertilizantes	21,96	41,58	25,01	41,11
Defensivos Agrícolas	11,83	22,40	16,34	27,06
TOTAL PARCIAL	**52,81**	**100**	**60,38**	**100**

FONTE: CONAB-DIGEM-SUIF-GECUP, 2005

Parece evidente que a maior parte dos agricultores não apropria adequadamente esses custos, permitindo a sensação de uma margem consignável, o que lhes permite fazer despesas como se fosse parte do lucro, quando o produto é comercializado.

Dessa maneira, o quadro a seguir mostra a depreciação estimada nos custos observados pela CONAB-DIGEM-SUIF-GECUP em 2005, em geral apropriada pelo agricultor como se fosse aquela forma de recurso a se apropriar.

Tabela 1. Mato Grosso: Produção das lavouras temporárias, 1940-1980

DEPRECIAÇÃO	SAPEZAL	PRIMAVERA
Depreciação das Benfeitorias	21,03	10,05

Deprec. dos Implementos	01,51	01,71
Deprec. das Máquinas	04,28	03,90
TOTAL	**26,82**	**15,66**

Fonte: CONAB-DIGEM-SUIF-GECUP, 2005.

Assim é possível afirmar-se, considerando o quadro acima haver maiores benfeitorias em Sapezal que Primavera do Leste, certamente em função de armazéns na propriedade.

5. CRISES NA ABERTURA DE FRONTEIRA E A COMPLEXIDADE DA PRODUÇÃO DA SOJA

A soja era apresentada nas estatísticas de Mato Grosso, apenas no estado dividido após 1980. A produção dessa leguminosa estava localizada no atual estado de Mato Grosso do Sul, região onde o eco-sistema e as terras são de natureza diferente daquelas do estado remanescente. O quadro abaixo procura mostrar a estatística da produção agropecuária do estado de Mato Grosso, antes de 1980, portanto, antes da divisão:

Tabela 2. Mato Grosso: Produção das lavouras temporárias, 1940-1980

Produtos das lavouras temporárias	Anos					
	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Abacaxi (Mil frutos)	682	171	612	2.574	438	270
Abóbora (jerimum, moranga) (Mil frutos)	2.056	1.328	297	6.208	2.173	3.080
Algodão em caroço (herbáceo) (Tonelada)	13	481	13.904	3.182	2.661	1.367
Amendoim em casca (Tonelada)	96	604	151	1.298	331	4.904
Arroz em casca (Tonelada)	20.078	53.926	195.405	201.380	356.769	1.005.328
Batata-doce (Tonelada)	1.222	3.408	684	856	666	1.033
Batata-inglesa (Tonelada)	135	49	142	15	48	2
Cana-de-açúcar (Tonelada)	46.530	100.951	125.408	44.865	71.062	308.043
Cebola (Tonelada)	112	146	121	1	2	5
Fava (Tonelada)	27	3	-	1	-	-
Feijão em grão (Tonelada)	6.265	13.956	33.356	24.893	20.912	30.973
Fumo em folha (Tonelada)	24	451	196	698	202	151
Mamona (Tonelada)	13	54	72	169	62	39
Mandioca (aipim, macaxeira) (Tonelada)	54.458	180.410	240.993	53.306	44.172	42.761
Melancia (Mil frutos)	-	121	114	2.916	799	886
Melão (Mil frutos)	-	4	13	13	50	3
Milho em grão (Tonelada)	41.375	73.846	149.480	82.387	93.731	123.452
Soja em grão (Tonelada)	-	14	99	9	5	88.854
Tomate (Tonelada)	38	95	828	913	1.127	687
Trigo em grão (Tonelada)	11	112	115	-	-	18

Fonte: IBGE, censos agropecuários.

A produção de arroz, durante os anos setenta, a cultura mais praticadas, como parte do processo de abertura de fronteiras agrícolas. Outras, como a cana de açúcar atendia aos incentivos do Pró-alcool. O feijão e a mandioca atendiam o abastecimento regional, em conjunto com uma parte do arroz, havendo naturalmente uma parte do feijão e grande parte do arroz, de certa maneira inexpressiva no âmbito nacional, atendendo o mercado brasileiro.

No final dos anos 70 e início dos 80, havia uma crise instalada na atividade da abertura da fronteira agrícola. O arroz havia assumido então como cultura hegemônica e quase exclusiva como atividade comercial em Mato Grosso. Era entendida, pelo Governo Federal como cultura de abertura da fronteira agrícola e amansadora de terra[15], tendo, assim, incentivos compatíveis com esse tratamento. Ou seja, recebia a garantia de preços para proceder a esse processo.

Dessa maneira, como principal instrumento de política o Governo realizava a aquisição do produto por preços mínimos, através de AGF e EGFs. O preço praticado era baixo e suficiente para remunerar apenas os custos, permitindo o pagamento dos insumos necessários à abertura de áreas e sua manutenção. Dessa maneira poderiam ser pagas despesas como sementes selecionadas, óleo Diesel e fertilizantes e às vezes prestação de máquinas e equipamentos, não permitindo a remuneração do capital e depreciação.

A crise, na realidade, ocorria em função do contínuo plantio da gramínea, cuja produtividade apresentava-se decrescente, considerando os diversos anos de plantio e produção do arroz.Para se ter idéia dessa situação mostra-se, a partir de dados regionais, a produtividade desse produto entre 1975 e 1981.

QUADRO 2. PRODUÇÃO E ÁREA PLANTADA DE ARROZ EM MATO GROSSO: 1975-1981

ANOS	PRODUÇÃO EM TONELADAS	ÁREA PLANTADA EM HECTARES	PRODUTIVIDADE	
			TONELADAS	SACAS
1975/76	331.820	211.581	1.568	26,13
1976/77	673.880	466.870	1.443	24,05
1977/78	980.560	642.850	1.525	25,41
1978/79	986.931	780.004	1.265	21,08
1979/80	1.172.369	896.319	1.307	21,78
1980/81	1.107.487	888.643	1.26	20,77

Fonte: Cepa/Banco do Brasil, 1981. Elaboração do autor, in. Sugestões para programa de aumento da renda do rizicultor, mimeo.

O mais grave, ocorria em função da falta de apoio da assistência técnica e do incentivo oferecido pela CFP, através do Banco do Brasil, que além dos limitados conhecimentos em relação aos novos plantios e a comercialização do produto, tinha garantias suficientes para realizar os empréstimos. Criava-se o pior dos mundos.

Do ponto de vista político, diversas manifestações foram realizadas em Barra do Garças, Cuiabá e Brasília, reivindicando melhores preços mínimos, principal instrumento de política agrícola.

Tendo clareza do fato de que esse processo era natural no sistema em andamento, mas insensível aos reclamos dos agricultores, o Governo Federal manteve a política e permitiu em alguns momentos a rolagem da divida dos agricultores que em muitos casos, tiveram suas dividas executadas.

[15] O "amansamento de terra" ocorria quando o arroz auxiliava no controle de ervas daninhas dos plantios iniciais no cerrado de Mato Grosso.

Os agricultores que haviam vendido suas terras no sul do país haviam se instalado, em espaços muito maiores, principalmente em duas regiões do estado, destinadas à colonização. No Araguaia e do Médio Norte. No Araguaia, ao longo da Br-158 se organizavam em torno de uma cooperativa – a Canarana - que mantinha milhares de toneladas arroz armazenadas a céu aberto, esperando preços, cuja tendência era decrescer. Os outros, ocupavam o Meio Norte em áreas próximas à Diamantino, e com suas "tralhas" acompanhavam a construção da BR-163. Naturalmente, decorrente de expansões anteriores, havia núcleos de produção estruturados em Rondonópolis e Cáceres.

O fator tecnológico possibilitado com o plantio da soja permitiu modificar a crise instalada, como uma alternativa de produção. Deixava-se de plantar arroz por soja, ou seja, substituía-se o plantio da gramínea pela leguminosa, de maneira a recuperar o solo degradado e sem produtividade. Apresentava-se, entretanto, uma contradição: os agricultores estavam empobrecidos e descapitalizados para acatar a rotação de culturas e as novas técnicas de base tecnológicas eram intensivas em capital, cujo elemento essencial estava baseado na mecanização e na fertilização da terra.

A intensidade de capital na cultura de soja permitiu tirar do estoque de agricultores insolventes do Banco do Brasil, e incorporar um novo processo, configurado como reconcentração de terras, cuja principal característica é a ampliação de áreas pela aquisição ou simplesmente apropriação de terras "a quem de direito", como constava nos mosaicos de localização das propriedades à época.. Por outro lado, abriu perspectivas, na atividade produtora de soja a montante e a jusante do processo produtivo.

A montante ampliou-se a comercialização de máquinas e equipamentos específicos para plantar e colher a oleaginosa. Em função da qualidade dos solos, foram incorporados adubos e fertilizantes em grande quantidade. Devido à natureza das plantações, extensas e com inimigos naturais, passaram a ser incorporados inseticidas e fungicidas, tratados simplesmente como defensivos agrícolas.

Nessa perspectiva, ocorreu a "industrialização" do calcário que passou a fazer parte do conjunto dessas atividades do processo produtivo, com a função de reduzir a acidez do solo, criando-se dessa maneira novas oportunidades de negócio no estado na atividade mineradora, bem como viabilizando a ocupação de grandes extensões de terra, principalmente no Cerrado, até então incompatível para a agricultura..

A jusante, o grupo catarinense Sadia, em 1984, utilizando incentivos fiscais e financeiros, principalmente ofertados pelo Governo Federal[16], criava a Sadia Mato Grosso, na qual implantava uma indústria para o esmagamento de soja, onde se produziria desde o óleo degomado até a margarina, passando pelo óleo refinado e envasado.

Portanto, nos anos 1980, o Estado transitava da cultura do arroz, utilizada como abertura de fronteira na região do Cerrado, que o caracterizara até então e partia para a produção tecnologicamente comprometida com a soja. Isso implicava em alterações no espaço regional, cuja divisão do estado havia sido consumada em 1979. Além do mais, criava uma complexidade de atividades comerciais para produzir e agregar valor ao produto produzido.

O projeto da Sadia tinha objetivo maior, além de produzir óleo de soja. Instalava um projeto de desenvolvimento rural, com a criação de pequenos animais, como aves e suínos, a partir do principal alimento, o farelo da soja. Como parte desse projeto, instalado em Rondonópolis, surgiam os aviários em Campo Verde e Chapada dos Guimarães[17], cujo abate era realizado na Sadia-Oeste, em Cuiabá.

[16] SUDAM – Renuncia fiscal do IR das empresas do grupo com base na legislação.
[17] O município de Chapada dos Guimarães, como base dos aviários foi posteriormente abandonado.

Em Diamantino seria implantada outra fábrica, semelhante àquela de Rondonópolis[18], e para tanto deram inicio ao projeto como primeira etapa desse plano, se encerrado nessa etapa. Entretanto, projetava-se a criação de suínos, o que não se consolidou naquele período.

Entretanto, outros empreendedores viam necessidade de investimentos que transformasse o grão em óleo e farelo, reduzindo, dessa maneira, os riscos na comercialização, considerando o incremento anual e a ocupação de áreas, bem como gerando um maior valor agregado no estado. Porém os níveis de investimento eram reduzidos e as plantas existentes estavam adequadas à produção agrícola.

Abaixo se apresenta o quadro relativo a produção de soja, em Mato Grosso entre 1980 e 1989, ou seja o primeiro decênio da produção em Mato Grosso, quando ocorre o inicio da produção.

Assim, entre 1980 e 1989, havia em Mato Grosso, uma produção crescente, como se viu na tabela anterior. Havia também um relativo equilíbrio entre produção agrícola e agroindústria esmagadora. As principais empresas desse sistema eram: a Sadia Mato Grosso (Rondonópolis), a Olvebra e Ovetril (Cuiabá), com uma capacidade instalada em torno de 5.500 mil toneladas. Isso significava 68,7% da capacidade instalada.

Note-se que não há um crescimento constante, como era de se esperar em economias em fase inicial, o crescimento que tinha um crescimento de mais de 90% em 1981 em relação a 1980, foi se reduzindo gradativamente, entretanto o principal fator era a instabilidade dos preços e as condições de infra-estrutura, que obrigava aos agricultores cobrir elevados custos de transporte.

QUADRO 3. PRODUÇÃO DAS CULTURAS DE SOJA EM MATO GROSSO, 1980/1989

ANO/SAFRA	SOJA	
	PRODUÇÃO (T)	TAXA DE CRESCIMENTO
1980	117.173	-
1981	224.901	91,93
1982	365.501	62,51
1983	611.258	67,23
1984	1.050.095	71,79
1985	1.656.039	57,70
1986	1.921.053	16,00
1987	2.389.033	24,36
1988	2.694.718	12,79
1989	3.795.435	40,84

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso, Seplan - MT, 2004. Dados relativos aos anos de 2004 e 2005 extraídos de: CONAB.

No final daqueles anos, em uma reunião que buscava alternativas para uma nova crise, os sojicultores chegavam a conclusão que o modelo, até então implementado estava falido. A "Carta de Cuiabá", que seria encaminhada ao Ministro da Agricultura, naquela oportunidade mostrava essa falência, buscando, novamente uma rolagem das dívidas.

6. DÉCADA DE NOVENTA E A EXPLOSÃO DA PRODUÇÃO

[18] Testemunho disso permaneceu um armazém graneleiro construído no Novo Diamantino.

Ao longo dos anos noventa a soja teve um crescimento de menor intensidade, em decorrência da instabilidade dos preços. Entretanto, permitiu uma maior integração da produção, com o crescimento dos pequenos animais como suínos e aves, cujos projetos foram implantados ainda na década anterior.

A industrialização, caracterizada principalmente pelo esmagamento da soja mantinha-se com participação semelhante àquela da década anterior. Isto é, segundo um informe da Secretaria de Indústria e Comércio[19], considerando dados da FIEMT, a capacidade instalada, em 1997, era de 2.900.000 toneladas/safra, ou seja, 47,82% da safra, entretanto, a produção apresentada naquele documento era de 6.407.200 toneladas/safra.

Como se sabe, esse sistema produtivo, tem na sua rede a atividade de criação de pequenos animais. Portanto, é necessário entender que o farelo de soja é base das rações abastecedoras da alimentação animal. Portanto, ao reconhecer a produção de aves e suíno procura-se articular o raciocínio com a produção de aves e suínos. Em 1997, segundo o informe destinado ao investidor, a produção era em 1997, 2.740.000 de aves/ mês o que perfazia mais de 30 milhões de aves abatidas ao ano. Quanto à carne suína em sua capacidade instalada indicava 376 t/ano[20].

Ao considerar a produção de aves e suínos é importante observar que houve um importante crescimento daqueles animais na pecuária de Mato Grosso. A importância do relacionamento entre a pecuária de pequenos animais e a soja, deve-se ao alto consumo de ração dessa fonte de proteína para consumo humano. Dessa maneira, é possível estimar o consumo de soja, considerando o numero de animais no plantel efetivo.

QUADRO 4. PRODUÇÃO DAS CULTURAS DE SOJA EM MATO GROSSO: 1990/2000

ANO/SAFRA	SOJA			
	PRODUÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO	ESMAGAMENTO	
	(t)	%	Ton./safra	%
1990	3.064.715	-		
1991	2.738.410	-10,65		
1992	3.642.743	33,02		
1993	4.118.726	13,06		
1994	5.319.793	29,16		
1995	5.491.426	03,28		
1996	5.032.921	-08,35		
1997	6.060.882	20,42	2.900.000	47,8
1998	7.228.052	19,25		
1999	7.473.028	03,38		

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso, Seplan - MT, 2004. Dados relativos aos anos de 2004 e 2005 extraídos de: CONAB.

Assim o quadro abaixo, mostra a evolução dessas espécies criadas no estado, nos anos de 1992, 1994 e 1996.

EFETIVOS	1992	1994	1996
AVES	7.253,15	10.688,91	12.853,78

[19] Manual do Investidor no estado de Mato Grosso, 1997, s/referência.
[20] Manual do Investidor no estado de Mato Grosso, 1997, s/referência.

SUÍNOS	872,35	947,63	1.025,19

Dessa forma, a produção de 1992, de aves, teria consumido aproximadamente 2,9 milhões de toneladas de ração, ou em torno de 1,8 milhões (60%) de toneladas da farelo de soja. Em 1994 esse consumo elevava-se a aproximadamente 4,2 milhões de toneladas de ração, sendo aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de farelo de soja. Em 1996, a demanda era de aproximadamente 5,1 milhões de toneladas de ração e 3,0 toneladas de farelo de soja desengordurado. A produção suína não tinha o mesmo desempenho que as aves.

7. CONCLUSÕES

Em 2006, Mato Grosso tem, passados mais de 25 anos do início da produção da leguminosa no Cerrado regional, uma das maiores produções e produtividades de soja do mundo e certamente uma das piores crises do setor. Decorrente do aumento dos custos de insumos e equipamentos agrícolas, o agricultor tem cada vez mais se tornado refém de seu próprio negócio[21] dentro de um processo histórico, discutido neste artigo, no qual ficou sem saída.

As políticas liberais mantidas pelos governos desde o início da década de 90, exigindo superávits nas balanças comerciais; a intransigência de organismos internacionais, como a OMC, com subsídios para produtos agrícolas de países emergentes.

A falta de planejamento regional, decorrente da crença no mercado como instrumento regulador; uma política de formação de superávit na Balança Comercial associados às barreiras sanitárias, promovidas por diferentes países para aves e suínos.

Todos esses elementos têm criado o pior dos mundos para aqueles empreendedores. Acrescente-se a falta de previdência que pode ser definida pela infinita crença no mercado, em uma economia de ciclo e crises, na qual os investimentos e custeios vêm ocorrendo dependente do crédito como se fosse infinito.

A possibilidade de políticas que possam oferecer sobrevivência aos detentores de espaços rurais, produtores de soja, com culturas rotativas, associando planejamento, e subsídios diretos ao agricultor, daria certa folga ao produtor. Entretanto, a maior parte está endividada, não apenas com o sistema bancário, mas com o fornecimento de fertilizantes, inseticidas e outros "insumos modernos", dificultando qualquer negociação e planejamento.

É difícil, no curto prazo, um retorno aos preços de 2004, cuja característica era de preços e no câmbio superestimados. O mercado interno e o aumento da industrialização mostram uma recuperação muito lenta, mas gradativa. No mercado externo, há um agravamento definido pelas barreiras sanitárias, cujas conseqüências aparecem nos mercados de farelo para a produção de rações, mas que deve ser perseguida, considerando os paises mais pobres.

Resta a busca de uma política que permita aos produtores deixarem de plantar em períodos de crise, mas manter-se com sobrevida ou transitando para outras culturas, com projetos claros e bem definidos. Isso significaria voltar ao "velho e bom" planejamento agrícola.

[21] São poucas as alternativas para se desfazer, ou alterar o uso do equipamento no curto prazo. O endividamento esta baseado nos custos anteriores.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São* Paulo. 4ª edição. Campinas-SP: Unicamp, 2002.

DELGADO, Guilherme. *Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980*. São Paulo: Edusp/Hucitec.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. *O capital*. Volume III, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SILVA, José Graziano. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

WILKINSON, John. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1980.